

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.763.324 - RJ (2018/0223389-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**RECORRENTE** : **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**  
**ADVOGADOS** : **JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852**  
**HISASHI KATAOKA - RJ034672**  
**HEITOR AUGUSTO RODRIGUES FERREIRA E OUTRO(S) - RJ187552**  
**RECORRIDO** : **WILSON RODRIGUES DA SILVA**  
**ADVOGADOS** : **JULIO CESAR FERREIRA - RJ173974**  
**RODRIGO AUGUSTO FERREIRA E OUTRO(S) - RJ169336**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pela COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado:

APELAÇÃO – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REVISIONAL DE COBRANÇA DE PRESTAÇÃO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. Autor que requer a revisão das faturas de consumo de água, alegando que a ré incide em ilegalidade por cobrar taxa mínima vezes cinco economias, em razão de defeito em seu hidrômetro. Sustenta, ainda, haver cobrança indevida de serviço de esgotamento sanitário, em razão de não haver prestação integral de tal serviço. SENTENÇA QUE JULGA PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS DO AUTOR, PARA FINS DE DETERMINAR A REVISÃO DAS FATURAS DE CONSUMO, EXCLUINDO-SE DELAS A COBRANÇA DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO; ENTENDENDO-SE, TODAVIA, PELA REGULARIDADE DA COBRANÇA DO FORNECIMENTO DE ÁGUA. Ré que apela do julgado, pleiteando sua reforma para total improcedência dos pedidos autorais. PARCIAL REFORMA QUE MERECE A SENTENÇA. Resume-se a apelação aos termos da condenação da ré à revisão da cobrança do serviço de esgotamento sanitário, eis que a ré foi vencida neste ponto. O AUTOR AFIRMA, EM SUA INICIAL, QUE O ESGOTO PROVENIENTE DE SUA RESIDÊNCIA É COLETADO PELA REDE PÚBLICA DE ÁGUAS PLUVIAIS. ASSIM, NESTES TERMOS, INCONTROVERSA É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - DE FORMA PARCIAL - HAJA VISTA A REALIZAÇÃO DAS FASES DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO DOS EFLUENTES. NESTE SENTIDO, DEVE A SENTENÇA SER REFORMADA PARA DETERMINAR A REVISÃO DAS COBRANÇAS DE TARIFA DE ESGOTO, DE FORMA A OBSERVAR A FRAÇÃO DE ¼ (um quarto), JÁ QUE A PRESTAÇÃO PARCIAL CORRESPONDE A ¾ (três quartos) DO SERVIÇO. RECURSO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO.

A recorrente alega violação do disposto nos arts. 489, §1º, IV, 927, III, e 1022, II, do CPC/2015, no art. 3º da Lei 11.445/2007, no art. 9º do Decreto 7.217/10 e no art. 206, parágrafo 3º, IV, do CC. Aduz a nulidade do acórdão por negativa

de tutela jurisdicional e ausência de fundamentação, além da prescrição trienal e sua ilegitimidade passiva. No mérito, sustenta, em síntese, a licitude da cobrança integral da tarifa de esgoto quando há a prestação parcial do serviço, nos termos definidos por esta Corte em sede de julgamento de recurso repetitivo – REsp 1.339.313/RJ (Tema 565 do STJ).

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às e-STJ fls. 398/399, ante a ausência de retratação do Tribunal de origem quanto à aplicabilidade do REsp 1.339.313/RJ (e-STJ fls. 379/385).

Redistribuição do feito para a Primeira Seção (e-STJ fls. 413/414).

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3).

Estabelecida essa premissa, anoto que inexistente ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015 quando o Tribunal de origem se manifesta de modo fundamentado acerca das questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, porquanto julgamento desfavorável ao interesse da parte não se confunde com negativa ou ausência de prestação jurisdicional (AgInt no AREsp 1.263.985/AM, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Primeira Turma, julgado em 29/04/2019, DJe 10/05/2019, e AgInt no AREsp 1.436.185/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, Segunda Turma, julgado em 23/05/2019, DJe 29/05/2019).

De outro lado, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.117.903/RS, submetido ao regime dos recursos representativos da controvérsia, concluiu que o prazo prescricional para a cobrança de tarifa de água e esgoto é regido pelo art. 205 do Código Civil; não há, assim, que se falar em prazo prescricional trienal.

Quanto à alegada ilegitimidade passiva da recorrente, o acolher das razões recursais para concluir que houve a transferência da concessão do serviço ao ente municipal impõe o reexame do acervo probatório e interpretação de cláusulas contratuais, providências sabidamente vedadas no âmbito do apelo nobre em face do teor das Súmulas 5 e 7 desta Corte.

Ultrapassados esses pontos, observo que o Tribunal de origem, ao admitir o pagamento parcial do serviço de esgoto sanitário ante a incontroversa prestação parcial do serviço (e-STJ fls. 268/276), destoou do entendimento já firmado nesta Corte Superior no REsp 1.339.313/RJ, sob o rito dos recursos representativos da controvérsia

(Tema 565), de que há suporte legal para a cobrança da tarifa de esgoto, mesmo ausente o tratamento final dos dejetos, principalmente porque não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades.

Confira-se a ementa do julgado:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS DEJETOS. INEXISTÊNCIA DE REDE DE TRATAMENTO. TARIFA. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA.

1. Não há violação do artigo 535 do CPC quando a Corte de origem emprega fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia.

2. À luz do disposto no art. 3º da Lei 11.445/2007 e no art. 9º do Decreto regulamentador 7.217/2010, justifica-se a cobrança da tarifa de esgoto quando a concessionária realiza a coleta, transporte e escoamento dos dejetos, ainda que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue.

3. Tal cobrança não é afastada pelo fato de serem utilizadas as galerias de águas pluviais para a prestação do serviço, uma vez que a concessionária não só realiza a manutenção e desobstrução das ligações de esgoto que são conectadas no sistema público de esgotamento, como também trata o lodo nele gerado.

4. O tratamento final de efluentes é uma etapa posterior e complementar, de natureza sócio-ambiental, travada entre a concessionária e o Poder Público.

5. A legislação que rege a matéria dá suporte para a cobrança da tarifa de esgoto mesmo ausente o tratamento final dos dejetos, principalmente porque não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades. Precedentes: REsp 1.330.195/RJ, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 04.02.2013; REsp 1.313.680/RJ, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 29.06.2012; e REsp 431.121/SP, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 07/10/2002.

6. Diante do reconhecimento da legalidade da cobrança, não há o que se falar em devolução de valores pagos indevidamente, restando, portanto, prejudicada a questão atinente ao prazo prescricional aplicável as ações de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto.

7. Recurso especial provido, para reconhecer a legalidade da cobrança da tarifa de esgotamento sanitário. Processo submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ. (REsp 1.339.313/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/06/2013, DJe 21/10/2013).

Ressalto que, no julgamento do referido paradigma, ficou consignado, no voto do eminente relator, Ministro Benedito Gonçalves, ser "desacertada a determinação da redução proporcional da tarifa cobrada".

Acerca da hipótese:

ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO PARCIAL DE SERVIÇOS. TARIFA DE ESGOTO. REDUÇÃO. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA INTEGRAL. TEMA JULGADO PELO RITO DO ART. 543-C DO CPC (RECURSOS REPETITIVOS). RESP

1.339.313/RJ.

1. No julgamento do REsp 1.339.313/RJ, submetido à sistemática do art. 543-C do CPC, o STJ fixou o entendimento de que se afigura legal a cobrança de tarifa de esgoto, ainda quando detectada a ausência ou deficiência do tratamento dos resíduos coletados, se outros serviços, caracterizados como de esgotamento sanitário, forem disponibilizados aos consumidores.

2. Cumpre salientar, ainda, que no julgamento do referido repetitivo ficou consignado no voto do eminente Relator, Ministro Benedito Gonçalves, que "é desacertada a determinação da redução proporcional da tarifa cobrada". Nesse julgamento, citou como precedente o REsp 1.351.724/RJ, da relatoria do Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 4.2.2013, o qual dispõe: "o acórdão recorrido agiu com desacerto ao determinar a redução proporcional da tarifa cobrada. O valor calculado e cobrado dos municípios, obviamente, abrange apenas os serviços prestados (coleta, transporte e destinação de efluentes), não sendo a tarifa discriminada em função de cada um deles, ou seja, a concessionária não cobra um valor específico para cada item do serviço prestado, mas um valor único, que remunera condignamente a todos eles (coleta, transporte e destinação)". Por óbvio, descabe cobrar por esgoto não coletado ou despejado in natura nas galerias pluviais. Neste último caso, a questão deixa de ser de tratamento de resíduos e se transforma em poluição, o que implica para o Poder Público e suas concessionárias responsabilidade civil ambiental, e não direito a pagamento por serviços inexistentes. Sem dúvida, não foi intuito do Recurso Repetitivo (REsp 1.339.313/RJ) transformar o inadmissível ilícito antissanitário e antiambiental em lícito remunerado, pois não se equivalem, de um lado, uso das galerias pluviais para escoamento de esgoto tratado e, do outro, poluição das galerias pluviais, dos rios e do mar com efluentes sem qualquer forma de tratamento, nem mesmo primário.

3. Estando o acórdão recorrido em desarmonia com a atual jurisprudência do STJ, deve ser reformado o julgado a quo.

4. Recurso Especial provido.

(REsp 1.794.855/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 30/05/2019).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. TARIFA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO DE PARTE DOS SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS DEJETOS. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA. PAGAMENTO PROPORCIONAL AO SERVIÇO PRESTADO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Este Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.339.313/RJ, processado sob o rito do art. 543-C, do CPC, firmou posição no sentido de que é legal a cobrança da tarifa de esgoto quando a concessionária realiza a coleta, transporte e escoamento dos dejetos, ainda que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue dos efluentes.

2. Também não prospera a pretensão de pagamento proporcional da tarifa cobrada, porque "O valor calculado e cobrado dos municípios, obviamente, abrange apenas os serviços prestados (coleta, transporte e destinação de efluentes), não sendo a tarifa discriminada em função de cada um deles, ou seja, a concessionária não cobra um valor específico para cada item do serviço prestado, mas um valor único, que remunera condignamente a todos eles (coleta, transporte e destinação)" (REsp 1.351.724/RJ, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2012, DJe 04/02/2013).

3. É desnecessário aguardar o trânsito em julgado para a aplicação do paradigma firmado em sede de Recurso Repetitivo ou de Repercussão Geral,

# *Superior Tribunal de Justiça*

conforme reiterado entendimento desta Corte e do Supremo Tribunal Federal.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 731.171/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 09/10/2018)

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I e III, do RISTJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO para julgar improcedente o pedido.

Condeno a parte autora a pagar honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa, devidamente atualizado. Suspensa a exigibilidade por se tratar de beneficiário de justiça gratuita, conforme dicção do art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator